

# Participação e deliberação: um estudo de caso dos comentários às notícias sobre as eleições presidenciais brasileiras

Marisa Torres da Silva

marisatorresilva@hotmail.com

Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIM) – FCSH/UNL

---

## RESUMO

Enquanto ambiente comunicacional, a Internet comporta inequívocas potencialidades para o debate público, criando “espaços dialógicos” nos quais os participantes têm a possibilidade de discutir assuntos de interesse colectivo (Oblak, 2005). Constituindo-se como um espaço potencialmente deliberativo, os comentários às notícias nos websites dos meios de comunicação tradicionais permitem, neste contexto, a expressão de opinião acerca de um determinado tema. Este artigo apresenta um estudo de caso na avaliação da qualidade da deliberação pública online, através da análise dos comentários às notícias sobre as eleições presidenciais brasileiras (Outubro-Novembro de 2010) nas versões online de dois jornais portugueses (Público e Expresso).

## PALAVRAS-CHAVE:

Participação; Internet; deliberação; comentários às notícias

---

## 1. A INTERNET E A ESFERA PÚBLICA

Nos tempos mais recentes, o contributo da Internet tem sido inequívoco ao nível do alargamento das formas de participação do público, colocando, igualmente, vários desafios à actividade jornalística actual. Contendo em si mesma o potencial de facilitar as ligações entre os cidadãos e os tomadores de decisões políticas (Dahlgren, 2005: 148), a Internet também mudou o modo como a informação é produzida e consumida (Scott, 2005: 92), alterando, de certa forma, o equilíbrio de poder entre o emissor e o receptor e os modelos unidireccionais de comunicação (Brants e de Haan, 2010: 412).

As potencialidades da Internet no âmbito da comunicação pública (e na consequente consolidação da democracia), bem como ao nível do próprio jornalismo e da relação que este mantém com os seus destinatários, têm sido sublinhadas por vários autores, que destacam, entre outros aspectos: a produção de novos espaços para a informação, debate e interacção (Dahlberg, 2001: 1); a possibilidade de uma participação mais activa em processos de deliberação (Esteves, 2007: 220; Papacharissi, 2002: 11), contribuindo assim para a revitalização da comunicação política (Coleman & Blumler, 2009: 10); ou o alargamento dos actores sociais que intervêm na construção das notícias, devido à expansão do “locus” da produção jornalística (Fenton, 2010: 10-11). Além disso, quando comparada com os mass media tradicionais, a Internet, enquanto ambiente comunicacional, fornece um leque mais alargado de possibilidades para debates sobre assuntos de interesse colectivo, criando novos “espaços dialógicos” (Oblak, 2005)

e constituindo-se como um potencial fórum para a deliberação política (Papacharissi, 2002: 11).

A incorporação da Internet nos media convencionais vem, assim, reforçar a pertinência da teoria da democracia deliberativa, enquanto concepção de democracia que assenta num ideal de autonomia política baseada na racionalidade prática dos cidadãos, cuja deliberação pública tem como propósito influenciar o processo de tomada de decisão por parte do sistema político, bem como, simultaneamente, intensificar a vitalidade das instituições democráticas (Dahlgren, 2006: 29). A Internet é então entendida pelos proponentes da democracia deliberativa “como o meio por excelência para a promoção dos espaços necessários à discussão racional – a partir da qual a deliberação se gera” (Ferreira, 2010a: 103), tendo a possibilidade de se constituir como “caixa de ressonância” capaz de afectar os diversos agentes da esfera política (Ferreira, *ibidem*: 105; 2010b: 107).

Apesar de vários estudos sublinharem a vertente democratizadora da Internet, permanecem ainda dúvidas acerca da qualidade dos debates que aí ocorrem e da possibilidade efectiva de desafiar os detentores de poder (Papacharissi, *ibidem*; Coleman & Blumler, 2009; Dahlgren, 2011a). Por outro lado, autores como Peter Dahlgren referem que a utilização da Internet para fins políticos é menor quando comparada com outras actividades (Dahlgren, 2005: 151; Dahlgren, 2011b: 91), como entretenimento, consumo, conversação online (chat) ou “networking” não-político (Redden & Witschge, 2010: 182).

Não podemos, contudo, negar que a Internet providencia espaços adicionais para o debate político, estimulando uma maior participação – mas será que as discussões online promovem efectivamente uma troca democrática de ideias e opiniões? Em que medida é que este novo ambiente de discussão introduz alterações à situação da esfera pública e em que sentido?

O trabalho de Jürgen Habermas e a sua teorização sobre a esfera pública e comunicação racional (Habermas, 1994 [1962], 2001) tem vindo a receber atenção acrescida com a emergência de novas ferramentas comunicacionais “bottom-up” proporcionadas pela Internet (De Keyser e Raeymaeckers, 2010: 2). Com efeito, Lincoln Dahlberg propõe, a partir do conceito de esfera pública habermasiana e da noção de “acção comunicativa”, critérios específicos que permitem avaliar detalhadamente a qualidade democrática das interações quotidianas (Dahlberg, 2004: 3), questionando até que ponto o ambiente discursivo online está a expandir a deliberação crítico-racional (*idem*, 2001: 1-2).

Dahlberg propõe, assim, uma tipologia das condições normativas da esfera pública, procurando contrastar os referidos pressupostos com as práticas *online*, de forma a avaliar as realizações efectivas da Internet no aprofundamento da comunicação pública (*ibidem*: 3-15; *idem*, 2004: 7-10): a *tematização* (argumentos dirigidos aos que estão presentes na conversação, mas também a todos aqueles que possam ser afectados pelo debate), a *reflexividade* (transcender as preferências pessoais, analisar de forma crítica os valores, as assunções e os interesses), *role taking* (estar disposto a modificar as próprias crenças a partir das razões apresentadas por outros participantes), *sinceridade* (esforço para tornar visível toda a informação que seja relevante para o debate, assim como as intenções e os interesses), *igualdade formal* (condições formais de inclusão, que remetem

para a igual oportunidade para os participantes expressarem atitudes, desejos e necessidades) e *igualdade discursiva* (prevalência do “melhor argumento” ou condições substantivas de inclusão, que remetem para a autonomia no que diz respeito às relações de poder dentro do discurso, que se podem expressar, por exemplo, em ameaças, posições dogmáticas ou tentativas de manipulação), bem como *autonomia em relação ao Estado e ao poder corporativo*.

As vantagens que a Internet pode comportar à democracia são ainda, todavia, objecto de muita discussão (Redden & Witschge, 2010: 182). Com efeito, as novas tecnologias não podem transformar, de forma unilateral, a natureza da esfera política – podemos, por isso, dizer que a Internet conseguiu introduzir melhorias ao nível da participação dos cidadãos, mas até certo ponto (Papacharissi, 2002: 20). Aliás, Robert Goodin sublinha que “postar” um comentário na Internet não é, em si mesmo, um acto deliberativo: “tem que existir, também, compreensão mútua e envolvimento – os outros participantes têm de ouvir ou ler, interiorizar e responder, para que essa actividade da esfera pública seja considerada, ainda que remotamente, deliberativa” (*apud* Crawford, 2009: 454).

Diversos estudos apontam, inclusive, alguns factores que podem constituir obstáculos à expansão da esfera pública online (Dahlberg, 2001: 1), remetendo para a ideia de que “o que é possível em termos tecnológicos pode não ser favorável em termos sociais” (Rasmussen, 2008: 75). De acordo com alguns autores, as discussões políticas em ambientes discursivos online pautam-se pela sua fragmentação (Morais, 2011: 225-226), sendo dominadas por poucos participantes (Strandberg, 2008: 82, Ferreira, 2010b: 109; Gomes, 2005: 221) – numa espécie de extensão das desigualdades que caracterizam os debates políticos offline – e sendo demasiado específicas para cumprir os critérios habermasianos do consenso racional (Papacharissi, 2009: 10; Dahlgren, 2005: 152). Apesar do potencial inclusivo da Internet, ao oferecer espaços adicionais de debate, a segmentação prevalece devido ao domínio de grupos de interesse (Ferreira, 2010b: 110). Outros problemas são também referidos, como o incentivo à comunicação entre indivíduos com ideias semelhantes (ao invés da promoção da diversidade) ou a criação de um sentimento de actividade em vez de envolvimento genuíno, podendo até ter efeitos ao nível da passividade por parte dos participantes (Correia, 2011: 44).

Além disso, as possibilidades para uma maior participação não são sinónimo imediato da geração de um debate que promova os ideais democráticos – frequentemente, a comunicação online caracteriza-se pela expressão de opiniões “apressadas” (Papacharissi, 2002: 16) e, adicionalmente, aspectos como o “flaming” (posts de carácter abusivo), o “trolling” (posts que têm como objectivo desinformar, enganar, provocar, desestabilizar ou trivializar o debate) ou a violência verbal tornam as discussões online particularmente vulneráveis à disrupção e, simultaneamente, desafiam os requisitos normativos da tolerância e da sinceridade (Dahlberg, 2001: 7-10).

O anonimato utilizado por muitos participantes nos debates coloca também problemas ao nível da verificação, responsabilidade e rigor (Fenton, 2010: 10), podendo afectar a natureza deliberativa das discussões online (Crawford, 2009: 458). Enquanto alguns autores defendem que o anonimato e o uso de pseudónimos podem fomentar

um debate mais aberto, uma vez que os participantes se sentem mais livres para avançar a sua opinião (Wallace *apud* Ferreira, 2010a: 110) – o que pode encorajar a expressão de partes do “self” que são ocultadas nas interações offline (Danet *apud* Dahlberg, 2001: 10) e eliminar receios em relação a uma eventual exclusão do debate (De Keyser e Raeymaeckers, 2010: 9), ao mesmo tempo que apaga as diferenças sociais; outros referem a oportunidade para uma fraude consciente na identidade, o que pode minar a confiança dentro dos grupos *online* e conduzir à desinformação (Dahlberg, *ibidem*: 10-11), bem como o crescente número de ataques verbais (injúria, humilhação), entre outras formas de incivilidade (Ferreira, *ibidem*), conceito que pode ser definido como “afirmações gratuitas que demonstram falta de respeito e/ou frustração com os participantes oponentes” (Mutz & Reeves *apud* Sobieraj & Berry, 2011: 20).

Além do anonimato, existem outros aspectos que podem comportar desvantagens para os debates *online*: os “posts” e os comentários centram-se frequentemente em pontos de vista pessoais e não reflectem o confronto com outros argumentos, nem respondem aos outros participantes (Ferreira, *ibidem*: 111; Wilhem *apud* Dahlberg, *ibidem*: 3); a pressão para a resposta imediata pode limitar a possibilidade para os participantes aprofundarem as suas posições à luz dos argumentos apresentados por outros (Dahlberg, *ibidem*: 6) e, também, conduzir à monopolização da atenção por parte de indivíduos ou grupos particulares.

“Noutros termos: os fóruns de discussão online poderão aumentar a quantidade de participação, mas isso não significa necessariamente aumentar a diversidade da participação – porque os participantes acabam por ser, muitas vezes, os ‘suspeitos do costume’. A esfera pública virtual encontra-se estruturada de uma forma que replica a estrutura da política tradicional, e por isso o debate online acaba por ser dominado tanto quantitativa como qualitativamente por indivíduos que transferem para o espaço virtual o domínio que possuem no mundo real” (Ferreira, 2012: 69).

Afirmamos, assim, que o ciberespaço permite explorar “novos sentidos de comunidade e transcendência das subjugações físicas da identidade” (Silveirinha, 2004: 257), ainda que não deixe de estar “atormentado pelas inadequações do nosso sistema político” (Papacharissi, 2002: 11). Podemos, aliás, relacionar estas constatações com o conceito de *pobreza política* proposto por James Bohman, que consiste na “incapacidade de alguns grupos de cidadãos em participar efectivamente no processo democrático. As consequências dessa pobreza manifestam-se de duas formas: exclusão pública e inclusão política. Por um lado, os grupos desfavorecidos em termos políticos não conseguem evitar a exclusão pública (...). Por outro, esses mesmos grupos não conseguem também evitar a inclusão política (...). O seu silêncio é convertido em consenso” (Bohman & Rehg, 1997: 333). O poder penetra então na forma discursiva, no estilo e no conteúdo, o que pode conduzir à exclusão ou silenciamento dos grupos minoritários (Silveirinha, 2005: 24). O privilegiar de determinados tipos de discurso conduz, assim, a uma desigualdade que se traduz num “sentido internalizado do direito que se tem de falar ou não falar, da desvalorização do estilo de discurso de alguns indivíduos e da elevação de outros” (Young *apud* Ferreira, 2012: 29).

## 2. DISCUSSÕES ONLINE: PARA ALÉM DE HABERMAS?

O ambiente online pode, por outro lado, estimular a circulação de modos discursivos para além da argumentação crítico-racional, dando forma a um espaço público heterogéneo, quer em termos de linguagem e de expressão, quer em termos de tópicos de discussão (Esteves, 2003: 203). Podemos, por isso, questionar até que ponto o ambiente online deve ser somente avaliado com base na correspondência com a esfera pública tradicional no sentido estritamente habermasiano, ou se deveríamos adicionar novas categorias na avaliação destes espaços discursivos.

Com efeito, “algumas pesquisas têm vindo a mostrar que as discussões *online* não cumprem os critérios ideais da democracia deliberativa, ainda que estes requisitos normativos sejam úteis e necessários para definir direcções” (Dahlgren, 2005: 156). O carácter comunicacional das discussões políticas “nem sempre promove o ideal cívico e o discurso nem sempre é tão racional como nos critérios habermasianos; uma grande porção desses debates é isolada e desagradável, o que poderá significar que as suas contribuições para a formação da vontade democrática nem sempre podem ser assumidas” (Wilhelm *apud* Dahlgren, 2005: 151).

Adicionalmente, aquilo a que Peter Dahlgren e outros autores denominam como “tendência racionalista” (“the rationalist bias”) favorece a marginalização de um vasto leque de modos discursivos que também podem ser importantes para a democracia, “incluindo o afectivo, o poético, o humorístico, o irónico, entre outros” (Dahlgren, *ibidem*), ou ainda a quase-oralidade e formas menos convencionais de argumentação (Rasmussen, 2008: 77). As teorias dominantes da democracia colocam uma tónica considerável na racionalidade, mas tendem a ignorar tudo o que se aproxima ao emocional ou afectivo (Dahlgren, 2009: 83). Mas, de acordo com alguns pesquisadores, a emoção pode ser também produtiva, centralizando a atenção em assuntos particulares e promovendo a participação política (Sobieraj & Berry, 2011: 23).

Iris Marion Young é uma das autoras que, partindo das premissas feministas, propõe um modelo de democracia deliberativa assente numa concepção comunicativa plural, que tem como objectivo reconhecer as diferenças (Young, 1997: 60 e seguintes), o que implica tomar em consideração múltiplas formas e estilos de comunicação. Preocupada, em termos mais gerais, com questões de justiça e de opressão social, Young critica “uma concepção de democracia que privilegia uma cultura de argumentação racional, de uma forma de discurso que não admite diferença ao falar e escutar. A deliberação, nestes termos, privilegia o discurso propriamente dito, em vez do ouvir, uma vez que o objectivo da deliberação racional, base do compromisso político, privilegia o discurso afirmativo e confrontacional, formal e lógico, imparcial e sem corpo” (Silveirinha, 2005: 20).

A autora refere, assim, três elementos formais de comunicação que podem permitir essa mesma pluralidade e transformar a diferença num recurso para o debate público (*ibidem*: 67 e seguintes): a *narrativa* (contar de histórias e experiências pessoais, como forma de fomentar a compreensão e o entendimento das diferenças), a *retórica* (posição do locutor em relação à audiência, que se pode expressar através do humor, dos jogos de linguagem e recursos retóricos, ou ainda de imagens) e a *saudação* (reconhecimento da subjectividade dos outros participantes, como forma de alimentar a confiança).

Tendo em conta o ambiente discursivo *online* e as considerações que atrás tecemos (quer relativas às possibilidades de expansão/transformação da esfera pública, quer no que diz respeito à multiplicidade de formas de expressão presentes nos seus mais diversos espaços), é nossa intenção propor aqui, a partir de um estudo de caso, uma análise diferenciada da esfera pública *online*, que preserve os critérios básicos da democracia deliberativa, mas que, simultaneamente, reconheça a existência de modos diversos de discussão pública e uma pluralidade de modos de participação.

### 3. ÂMBITO DO ESTUDO E METODOLOGIA UTILIZADA

Os *mass media* convencionais – como a rádio, a televisão e o jornal – viram o seu modo de funcionamento profundamente alterado com a emergência da Internet, não só ao nível das rotinas profissionais dos jornalistas, mas também no que diz respeito ao seu relacionamento com os receptores da mensagem jornalística. Actualmente, a esmagadora maioria dos media “mainstream”, quer nacionais, quer internacionais, possuem *websites* onde os leitores têm, a título de exemplo, a possibilidade de comentar peças produzidas por jornalistas, entre outras possibilidades de participação.

Os endereços de *email* dos jornalistas, a existência de fóruns de discussão, a criação de comunidades virtuais ou o fenómeno dos *blogues* evidenciam diferentes graus de participação das audiências desenvolvidas no contexto da presença *online* dos media tradicionais (Domingo, 2008: 687-94; Rasmussen, 2008: 76). Com efeito, as organizações jornalísticas têm desenvolvido esforços consideráveis no sentido de criar ferramentas de *feedback* instantâneas e visíveis, de modo a possibilitar informação adicional, ângulos alternativos e até a correcção de erros por parte do público (Keyser e Raeymaeckers, 2010: 4), o que poderá permitir “conferir uma agilidade ao jornalismo que incrementa a sua sensibilidade para fenómenos periféricos, por vezes escassamente captáveis pelas práticas e fontes institucionalizadas” (Correia, 2010: 93).

Constituindo-se como um espaço potencialmente deliberativo, os comentários às notícias nos *websites* dos meios de comunicação tradicionais permitem, neste contexto, a expressão de opinião acerca de um determinado tema, através da reacção a uma peça noticiosa. Os comentários às notícias podem então ser perspectivados como fóruns cívicos – frequentemente entendidos como o modelo paradigmático da esfera pública online (Dahlgren, 2009: 168) –, nos quais os participantes trocam ideias, crenças, argumentos e opiniões.

Este artigo tem como propósito fundamental apresentar um estudo de caso na avaliação da qualidade da deliberação pública *online*, através da análise dos comentários às seis notícias que suscitaram mais participação por parte dos leitores sobre as eleições presidenciais brasileiras (Outubro-Novembro de 2010) nas versões *online* de dois jornais portugueses (*Público* e *Expresso*). Analisámos, por isso, 303 comentários às notícias online (139 no *Público* e 164 no *Expresso*), através do software de análise quantitativa e qualitativa Nvivo.

Enquanto estudo de caso integrado num projecto mais abrangente sobre a possibilidade de uma “esfera pública feminina”<sup>1</sup>, foi nosso objectivo avaliar a qualidade dos debates nos espaços promovidos pelo ambiente online, usando variáveis como a racionalidade da argumentação ou a reciprocidade, mobilizando aqui o estudo de Tsaliki (2002) acerca de fóruns de discussão política online na Grécia, Holanda e Reino Unido, mas também categorias relacionadas com os elementos discursivos constantes da proposta de Young (1997), como será explicado mais adiante. Utilizámos o parágrafo como unidade de análise, sendo que cada um foi codificado de acordo com uma ou mais categorias/subcategorias.

É importante, também, fazer uma referência às diferentes estratégias que os media convencionais utilizam para gerir as contribuições dos seus leitores. Podemos identificar, de uma forma geral, dois sistemas principais: um de cariz mais “intervencionista”, baseado na moderação prévia à publicação; e outro mais “livre”, baseado na moderação a posteriori (Noci et al., 2010: 3) – o comentário é automaticamente publicado, mas se o seu conteúdo for considerado abusivo pelos outros utilizadores, estes podem denunciá-lo e o comentário poderá ser removido. À data da realização deste estudo de caso, tanto o Público como o Expresso utilizavam o sistema de pós-moderação, solicitando registo aos utilizadores (nome, password e endereço electrónico)<sup>2</sup>.

### 3.1 MODOS DISCURSIVOS: PARTICIPAÇÃO E DELIBERAÇÃO

Para examinar os modos discursivos dos comentários às notícias sobre as eleições presidenciais brasileiras nos media atrás mencionados, foi construída uma grelha onde constam as seguintes variáveis e categorias:

- *grau de legitimidade da argumentação: racional*. Categorias: justificação (razões/argumentos apresentados para defender/sustentar uma determinada premissa/ideia/opinião), complexidade (subcategorias: presença de ideias diferentes; formas distintas de se expressar a mesma ideia), civilidade (subcategorias: respeito pela democracia; respeito por outros grupos sociais; respeito por outros pontos de vista) e polidez (subcategorias: atitude de cooperação; evitar desacordo);
- *grau de legitimidade da argumentação: não-racional*. Categorias: não-civilidade (subcategorias: ameaças à democracia; ameaças a direitos de outros indivíduos e/ou grupos sociais) e não-polidez (subcategorias: insultos/ataques pessoais; difamação; não-cooperação; outros comportamentos como sarcasmo ou o uso de all-caps);
- *juízo crítico-racional*. Categorias: auto-crítica e crítica a outrem;

<sup>1</sup> “Female Online Participation: redefining the public sphere”, projecto financiado pela FCT e coordenado pela Professora Doutora Cláudia Álvares, da Universidade Lusófona.

<sup>2</sup> O Público optou por mudar para o sistema de pré-moderação em Março de 2011, devido a várias queixas de leitores e à própria intervenção do provedor, dada a presença crescente de comentários abusivos; no entanto, a 22 de Novembro de 2012, aquando da remodelação do site, aderiu a um sistema de moderação baseado num sistema de reputação, que distribui os utilizadores registados no jornal em vários níveis, com mais ou menos poderes na comunidade, consoante a qualidade da sua participação, mantendo, no entanto, a pré-moderação dos comentários. O sistema do Expresso é relativamente semelhante ao que é actualmente utilizado pelo Público, baseado na obtenção de “karma points” por cada comentário (à semelhança do que se faz no Youtube ou no Slashdot); quantos mais “pontos de prestígio” um participante obtém, mais possibilidades tem de moderar os comentários de outros leitores, qualificando-os como “engraçado”, “interessante” ou “bem escrito” (ainda que cada utilizador não necessite de ter pontos de prestígio para denunciar um comentário abusivo).

- *grau de legitimidade racional*. Categorias: válido (oferece razões e argumentos para a posição que toma) e não válido (subcategorias: não oferece razões nem argumentos para a posição que toma; comentários arbitrários; falácias);
- *posições de elocução*. Categorias: plantar/lançar tema, procurar informação (com questões directas, por exemplo), incorporar (complementar os argumentos de outros participantes com ideias e informação fora do debate) e resposta (responder a outro comentário ou participante);
- *elementos de manutenção de pluralidade*. Categorias: narrativa, retórica e saudação.
- *categorias livres*. Off-topic e uso de ironia.

CATEGORIAS/SUBCATEGORIAS	REFERÊNCIAS
1. Resposta	611
2. Incorporar	260
3. Não oferece razões nem argumentos para a posição que toma	253
4. Crítica a outrem	189
5. Oferece razões e argumentos para a posição que toma	129
6. Falácias	108
7. Retórica	80
8. Off-topic	77
9. Ironia	72
10. Outros comportamentos	58
12. Difamação	49
13. Procurar informação	41
14. Saudação	41
14. Insultos/ataques pessoais	36
15. Narrativa	24
16. Comentários arbitrários	24

Quadro 1 – Categorias/subcategorias e referências mais codificadas: resultados gerais

A categoria mais codificada, no total das categorias presentes na nossa grelha de análise, foi *resposta* (611 referências), ou seja, comentário que responde a outro comentário ou utilizador. Isto poderá ser indicador da interactividade que está subjacente aos comentários às notícias – e, ao mesmo tempo, contradiz de certa maneira a ideia de que os utilizadores dos espaços de discussão online não respondem aos outros utilizadores (Ferreira, 2010a: 111; Wilhem *apud* Dahlberg, 2001: 3). Salvaguardando o carácter desta pesquisa (estudo de caso, sem representatividade estatística), podemos dizer que os comentários às notícias constituem um espaço dinâmico de troca de ideias e de argumentos.

O nível de *incorporação* ou a tentativa de complementar os argumentos com ideias e informação que vêm de fora do debate (por exemplo, notícias, artigos de opinião, informação de especialistas, etc.) foi também uma categoria bastante codificada, aparecendo em segundo lugar (260 referências), o que de certa forma vai ao encontro da definição do espaço de comentários não apenas como lugar de troca de ideias, mas também como lugar para troca e, ainda, para *procura* (41 referências) de informação.

No entanto, o nosso estudo de caso mostra também que, frequentemente, os comentários se desviavam do tópico inicial ou original – os utilizadores muitas vezes não debatiam a campanha presidencial em si mesma, mas faziam comentários *off-topic* (77 referências), ou seja, referiam-se a outros assuntos que não diziam respeito ao tópico inicial de discussão.

Verificámos, por outro lado, que muitos comentários *não ofereciam razões nem argumentos para a posição tomada* (253 referências), categoria que aparece em terceiro lugar no total das categorias – o grau de legitimidade racional dos comentários era frequentemente não válido e, dentro do conjunto destes comentários, encontrámos uma quantidade considerável de *comentários arbitrários* (24 referências), como por exemplo: “Quem votou Marina, não queria o mesmo que Lula e por isso tem de votar em mim”; “Tiririca a presidente. O que faz um presidente? Não sei, mas votem em mim (...)”. No entanto, verificámos também que bastantes comentários *ofereciam razões ou argumentos para a posição tomada* (129 referências)<sup>3</sup>.

Apesar do grau considerável de legitimidade racional dos comentários, encontrámos por outro lado uma quantidade substancial de não polidez – o que inclui *difamação* (49 referências), *ataques pessoais* a outros utilizadores (36 referências) e *outros comportamentos* como o uso de All-Caps ou sarcasmo (58 referências). O uso de *falácias* (108 referências) e de *ironia* (72 referências) também foram bastante frequentes.

Mesmo que os comentários não contivessem palavrões, alguns apresentavam uma linguagem que extravasa a polidez que deveria ser requerida a estes espaços de participação. O conceito de polidez implica um compromisso relativamente a um contrato conversacional que pretende minimizar conflitos (Papacharissi, 2004: 260). Assim sendo, e mesmo que os sites dos media convencionais incluam normas que têm como objectivo regular os debates que ocorrem nos comentários às notícias, a persistência de uma quantidade considerável de insultos e difamação poderá ser, talvez, associada à ausência de uma pré-moderação que evitaria a presença de linguagem e comportamentos ofensivos/abusivos.

Talvez não surpreendentemente, a *crítica a outrém* (a outro utilizador ou, por exemplo, a um político) foi a quarta categoria mais codificada (189 referências), o que sugere uma troca muito “agressiva” de ideias no que diz respeito às eleições presidenciais brasileiras. Contudo, a discussão muitas vezes afastava-se da disputa eleitoral em si mesma e centrava-se sobretudo nas características dos candidatos, nas diferenças a nível partidário entre os utilizadores e, também, na comparação entre Brasil e Portugal.

<sup>3</sup> Exemplo: “Dilma Ganhou. E com ela, ganhou o liberalismo. De facto, a grande virtude de Lula foi liberalizar ainda mais a economia brasileira. No Brasil, é fácil a um empresário qualquer estabelecer-se ; é fácil ao patronato despedir os trabalhadores, sendo o mercado de trabalho brasileiro mais flexível que o Europeu ; e é também fácil o crédito para abertura de empresas privadas. Tendo o governo Lula beneficiado da alta do preço do petróleo e das matérias primas em geral, assim como das gigantescas exportações agrícolas e pecuárias, foi possível melhorar o nível de milhões de brasileiros, como nunca tinha acontecido antes. É verdade que o petróleo passou de 20 para mais de 80 dólares o barril em dez anos, tendo também a produção quase duplicado ; as matérias primas em geral aumentaram na ordem das quatro vezes ; e o Brasil tornou-se no maior exportador mundial de produtos agrícolas e de carne. Desta forma, dos biliões de reais que resultaram do petróleo, das minas e da produção agrícola, o Brasil melhorou consideravelmente o nível de vida dos mais pobres. Dilma deve, portanto, continuar na senda liberal de Lula, procurando dessa forma continuar a beneficiar os mais pobres.”

Não obstante a referida assertividade no debate presente nos comentários, verificámos, por outro lado, a relativa presença de modos discursivos nos quais os participantes procuram estabelecer confiança e empatia em relação aos outros utilizadores – como a *saudação* (41 referências)<sup>4</sup> – ou também, ainda que menos frequentemente, a mobilização de experiências pessoais (*narrativa* – 24 referências), por vezes como estratégia de expressão/revelação individual correspondente às características de um modelo democrático liberal individualista que privilegia o interesse pessoal (com uma função cártica) em detrimento do diálogo (Freelon, 2010: 7-10)<sup>5</sup>, mas outras vezes como modo de estimular a compreensão no que diz respeito a determinados pontos de vista<sup>6</sup>. De notar, também, a presença considerável da categoria *retórica* em vários comentários (80 referências), incluindo aqui jogos de palavras, proposições humorísticas ou ainda figuras de estilo, que visam a adesão por parte da audiência<sup>7</sup>.

### 3.2 DISCUSSÃO E MONOPOLIZAÇÃO

No seu estudo sobre o fórum online *talk.abortion*, Schneider (1997: 85) constatou que alguns participantes conseguiam fazer ouvir melhor a sua voz que outros, concluindo que mais de 80% dos posts foram enviados por menos de 5% dos participantes. Numa outra análise aos fóruns de discussão do jornal *De Standaard Online*, durante seis meses, Hans Beyers verificou que as 10.201 mensagens encontradas foram enviadas por 957 utilizadores, o que remete para uma média de 10,7 comentários por utilizador (Beyers, 2004: 13-14). Por isso mesmo, Lincoln Dahlberg sublinha que, apesar de teoricamente todos os subscritores de um grupo terem a mesma oportunidade de “postar”, em muitos grupos apenas um pequeno grupo de participantes é responsável pela maior parte das mensagens, o que tem como consequência a monopolização da atenção ao nível do discurso online (Dahlberg, 2001: 13) e coloca inclusive questões acerca da igualdade discursiva e da inclusão.

No nosso estudo de caso, verificámos também que os 303 comentários analisados foram “postados” por 104 utilizadores, o que dá uma média de 2.9 comentários por utilizador. O domínio de determinados utilizadores foi ainda mais evidente no *Expresso* (média

<sup>4</sup> Exemplos: “Parabéns pelo comentário”; “Não deixa de ter razão e é muito interessante o que acaba de dizer, que o conhecimento e a prática são uma riqueza”; “Grato pelo aparte”; “Grande abraço”.

<sup>5</sup> Exemplo: “Já faz mais de oito anos que eu namorava com uma brasileira que hoje é minha mulher. Um dia ela decidiu visitar-me a Portugal. Liguei para os Serviços de Estrangeiros para saber o que era necessário para entrar em Portugal sem problemas. A funcionária que me atendeu lá foi dizendo que tinha de trazer X em dinheiro e provar que não sei o quê, acabando por me sugerir que em vez de ela vir para cá, fosse eu a ir lá, quando eu tinha voltado de lá há menos de uma semana atrás. Dizia ela que nós eramos um país de imigração (...). Essa conversa toda só para dizer que os portugueses ainda têm que engolir muitos sapos quando falam mal do Brasil”.

<sup>6</sup> Exemplo: “Pelo que tenho ouvido de meus amigos na faculdade e nas ruas, os eleitores de Marina adoptaram a tática de voltar no Serra para Dilma não ganhar; isso pode justificar o facto de, no Acre, Marina receber menos votos”.

<sup>7</sup> Exemplos: “No Brasil começam por erradicar a pobreza, em Portugal começam por fomentar a pobreza!”; “Que Lula tem sido bom presidente é inegável, mas que ele vai movimentar a cabeça da Dilma por meio do dedo indicador e com o polegar e o médio os braços (definição de fantoche que não é pejorativa) é também inequívoco. Não podemos tapar o sol com a peneira, anónimo...”; “Dilma Rousseff: a mulher a quem Lula deu o Brasil. Eu não sabia que o Brasil era propriedade privada do sr. Lula, que tem a potencialidade de pôr e dispor desse rincão a seu bel prazer!”

de 4.7 comentários por utilizador). Alguns utilizadores demonstraram ser bastante regulares na sua participação – por exemplo, no *Público*, um utilizador “postou” 31 comentários; e no *Expresso*, vários utilizadores “postaram” mais de 10 comentários cada um.

O requisito normativo da sinceridade também pode ser desafiado pelo uso do anonimato e de pseudónimos. Embora não possamos afirmar que a supressão de dados pessoais conduza automaticamente a um debate mais desrespeitoso, o facto é que muitos utilizadores não se identificaram com um nome (ou pelo menos, com um nome credível), preferindo utilizar pseudónimos ou escrever sob anonimato. De entre os 104 utilizadores que escreveram comentários, apenas 31 se identificaram com o nome ou com o apelido e o local e somente 12 se identificaram com o nome, apelido e local – ainda que seja praticamente impossível verificar a autenticidade destes dados.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo de caso sobre os comentários às notícias acerca das eleições presidenciais brasileiras verificou que os comentários às notícias poderão constituir um espaço discursivo que apresenta características algo distantes dos critérios para a deliberação crítico-racional preconizados por Habermas e outros autores. De facto, categorias de análise como a *justificação*, a *complexidade* (nomeadamente a presença de ideias diferentes ou contrastantes), a *civilidade* (que remete para uma atitude de respeito e de tolerância relativamente ao sistema democrático, a outros grupos sociais e a outros pontos de vista) e a *polidez* (cooperação, expressão de concordância, evitar desacordo) foram das menos codificadas no nosso corpus, além de que constatámos uma presença substancial de *não-polidez* em alguns comentários, o que coloca questões relativas ao requisito da tolerância, enquanto atitude de respeito pelas razões e perspectivas dos outros e pré-condição para a deliberação (Bohman, 2003: 93; Dahlberg, 2001).

No entanto, a interactividade entre os comentadores foi um dos aspectos mais relevantes dos comentários analisados, bem como a troca de informações e de ideias e, ainda, a presença relativa de estilos discursivos que visam a identificação, a compreensão e o reconhecimento das diferenças entre os participantes, o que reforça a necessidade de avaliação dos espaços de discussão suscitados pelo ambiente online através de um enquadramento mais abrangente do que aquele que a concepção habermasiana estrita proporciona.

Retomando as questões inicialmente colocadas neste artigo, podemos dizer que o espaço dos comentários às notícias contém em si mesmo o potencial de promover o diálogo e a reciprocidade entre os públicos dos meios convencionais, no âmbito do alargamento da esfera pública proporcionado pela incorporação das novas tecnologias nos meios convencionais, não obstante realizações efectivas que apontam para uma incivildade e não-polidez nos debates que aí ocorrem, bem como para problemas relacionados com a igualdade discursiva.

Sublinhamos, por isso, a necessidade de uma análise mais abrangente dos espaços discursivos online, entre os quais se encontram os comentários às notícias, tomando

em consideração o facto de o ciberespaço ser, também ele, um terreno pautado por tensões, inserido numa ordem social e política mais vasta “que cria, por vezes, grandes limitações à Internet (e às tecnologias do digital de um modo geral), nomeadamente quanto às suas potencialidades e capacidades democráticas” (Esteves, 2011: 36). ✍

## BIBLIOGRAFIA

- Beyers, H. (2004) 'Interactivity and online newspapers: a case study on discussion boards', *Convergence* 10: 11-20.
- Bohman, J. (2003) 'Reflexive public deliberation: democracy and the limits of pluralism', *Philosophy and social criticism* 29 (1): 85-105.
- Bohman, J.; Rehg, W. (eds.) (1997) *Deliberative democracy: essays on reason and politics*, London/Cambridge: The MIT Press.
- Brants, K.; de Haan, Y. (2010) 'Taking the public seriously: three models of responsiveness in media and journalism', *Media Culture & Society* 32 (3): 411-428.
- Coleman, S.; Blumler, J. G. (2009) *The Internet and democratic citizenship. Theory, practice and policy*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Correia, J. C. (2010) 'Novos jornalismo e vida cívica: limites e possibilidades do 'jornalismo deliberativo' in Morgado, I. S. & Rosas, A. (eds) (2010), *Cidadania Digital*, Covilhã: Labcom Books, pp. 71-100.
- Correia, J. C. (2011). 'The meanings of public sphere: is there any democratic role for Internet' in Correia, J. C. & Maia, R. (eds) (2011), *Public Sphere Reconsidered. Theories and Practices*, Covilhã: LabCom Books.
- Crawford, E. (2009) 'A new sort of democracy?: The opinion pages in the Scottish daily quality press', *Journalism* 10: 451-472.
- Dahlberg, L. (2001) 'Computer-mediated communication and the public sphere: a critical analysis', *Journal of Computer-Mediated Communication* 7 (1).
- Dahlberg, L. (2004) 'The Habermasian Public Sphere: a specification of the idealized conditions of democratic communication', *Studies in Social and Political Thought* 10: 2-18.
- Dahlgren, P. (2005) 'The Internet, public spheres, and political communication: dispersion and deliberation', *Political Communication* 22: 147-162.
- Dahlgren, P. (2006) 'Civic participation and practices: beyond 'deliberative democracy''. Carpentier, N. *et al.* (eds.) (2006), *Researching Media, Democracy and Participation*, Tartu: Tartu University Press, pp. 23-35.
- Dahlgren, P. (2009) *Media and Political Engagement. Citizens, Communication and Democracy*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Dahlgren, P. (2011a) 'As culturas cívicas e a Internet: para uma contextualização da participação política', *Media & Jornalismo* 18: 11-30.
- Dahlgren, P. (2011b) 'Parameters of online participation: conceptualising civic contingencies', *Communication Management Quarterly* 21: 87-110.

- Domingo, D. (2008) 'Interactivity in the daily routines of online newsrooms: dealing with an uncomfortable myth', *Journal of Computer-Mediated Communication* 13: 680-704.
- Esteves, J. P. (2003) *Espaço público e democracia*, Lisboa: Edições Colibri.
- Esteves, J. P. (2007) 'Os novos media na perspectiva da democracia deliberativa: sobre redes e tecnologias de informação e comunicação', in Pires, E. B. (ed) (2007). *Espaços públicos, poder e comunicação*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 209-224.
- Esteves, J. P. (2011) 'Novos media e deliberação: sobre redes, tecnologia, informação e comunicação', *Media & Jornalismo* 18 (1): 31-45.
- Fenton, N. (2010) *New Media, Old News. Journalism and Democracy in the Digital Age*, London: Sage.
- Ferreira, G. (2010a) 'Internet e deliberação. A discussão política em fóruns online', *Media & Jornalismo* 16 (1): 99-114.
- Ferreira, G. (2010b) 'Espaços discursivos e democracia deliberativa: promessas e limites' in Morgado, I. S. & Rosas, A. (eds) (2010), *Cidadania Digital*, Covilhã: Labcom Books, pp. 101-115.
- Ferreira, G. (2012) *Novos media e vida cívica. Estudos sobre deliberação, internet e jornalismo*, Covilhã: Livros LabCom.
- Freelon, D. (2010) 'Analyzing online political discussion using three models of democratic communication', *New Media & Society* XX (X): 1-19.
- Gomes, W. (2005) 'A Democracia digital e o problema da participação civil na decisão política', *Revista Fronteiras – Estudos Midáticos* 7 (3): 214-222.
- Habermas, J. (1994) *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*, Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Habermas, J. (2001) *Facticidad e validez: sobre el derecho y el Estado democrático de derecho en término de teoría del discurso*, Madrid: Editorial Trotta.
- Keyser, J. D; Raeymaeckers, K. (2010) 'Bottom-up or going down? The journalistic value of open online feedback opportunities', paper apresentado na conferência da IAMCR, Braga, Portugal.
- Morais, R. (2011) 'New technologies and deliberation: Internet as a virtual public sphere or a democratic utopia?' in Correia, J. C. & Maia, R. (eds) (2011), *Public Sphere Reconsidered. Theories and Practices*, Covilhã: LabCom Books.
- Noci, J. D.; Domingo, D.; Masip, P.; Micó, J. L.; Ruiz, C. (2010) 'Comments in News, Democracy Booster or Journalistic Nightmare: Assessing the Quality and Dynamics of Citizen Debates in Catalan Online Newspapers', paper apresentado no International Symposium on Online Journalism, Austin, Texas.
- Oblak, T. (2005) 'The lack of interactivity and hypertextuality in online media', *International Communication Gazette* 67 (1): 87-106.
- Papacharissi, Z. (2002) 'The virtual sphere: the internet as a public sphere', *New Media Society* 4 (1): 9-27.
- Papacharissi, Z. (2004) 'Democracy online: Civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups', *New Media & Society*, 6(2): 259-283.
- Papacharissi, Z. (2009) 'The virtual sphere 2.0: the internet, the public sphere and beyond', Chadwick, A. & Howards, P. (eds.) (2009), *Handbook of Internet Politics*, London: Routledge.

- Rasmussen, T. (2008) 'The Internet and Differentiation in the Political Public Sphere', *Nordicom Review* 29 (2): 73-83.
- Redden, J.; Witschge, T. (2010) 'A new news order? Online news content examined', in Fenton, N. (ed) (2010), *New Media, Old News. Journalism and Democracy in the Digital Age*, London: Sage.
- Schneider, S. M. (1997) 'Expanding the Public sphere through Computer-Mediated Communication: Political discussion about abortion in a Usenet newsgroup', Tese de Doutorado. Massachusetts: MIT.
- Scott, B. (2005) 'A contemporary story of digital journalism', *Television & New Media* 6 (1): 89-126.
- Silveirinha, M. J. (2004) *Identidades, media e política: o espaço comunicacional nas democracias liberais*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Silveirinha, M. J. (2005) 'Democracia deliberativa e reconhecimento: repensar o espaço público', in Correia, J. C. (ed) (2005), *Comunicação e política*, Covilhã: Editora Universidade da Beira Interior.
- Sobieraj, S.; Berry, J. M. (2011) 'From incivility to outrage: political discourse in blogs, talk radio, and cable news', *Political Communication* 28 (1): 19-41.
- Strandberg, K. (2008) 'Public deliberation goes on-line? An analysis of citizens' political discussions on the internet prior to the Finnish parliamentary elections in 2007', *Javnost-The Public* 15 (1): 71-90.
- Tsaliki, L. (2002) 'Online forums and the enlargement of public space: research findings from a European Project', *Javnost-The Public* 9 (2): 95-112.
- Young, I. M. (1997) *Intersecting Voices. Dilemmas of gender, political philosophy, and policy*, NJ: Princeton University Press.